

NARRATIVA E HETEROGENEIDADE DISCURSIVA: OS DIFERENTES MODOS DE CONTAR HISTÓRIAS

Alba Maria Perfeito (UEL)

Considerando a narrativa como ato discursivo que se compromete, em essência, com o acontecimento, com a expressão da realidade em movimento, ou, segundo Fiorin (1991), como o simulacro da ação do homem sobre o mundo, ressaltamos, de início, a convergência entre lingüistas, psicólogos e psicolingüistas na ênfase dada a esse gênero discursivo, no âmbito da psicologia cognitiva e popular, assim como no processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem.

Teberosky (1997) e Bruner (1997) postulam o ato de contar como característica psicológica da sociedade humana.

Para Teberosky, há a inclinação das sociedades e dos indivíduos de reconstruírem e interpretarem as ações e intuições e, então, ela levanta a hipótese de que a narração, conforme psicólogos cognitivos e lingüistas, seja uma forma de pensamento, pois “a capacidade narrativa parece iniciar-se com a aquisição da linguagem sob a forma elementar do ‘e depois’”. (1997:92)

Bruner (1997) acrescenta que, além de lidar desde as primeiras falas da criança com o material da ação e da intencionalidade, a narrativa, como veículo da psicologia popular, move-se entre o mundo idiossincrático dos desejos, crenças e esperanças dos indivíduos, interpretando e dando significados (narrativos) às violações e afastamentos dos estados normais, canônicos dos homens. Para o autor, o princípio da psicologia popular é narrativo e não conceitual.

Ainda Bruner (1988) defende a existência de dois modos, fundamentais e diferentes, de pensamento e de gêneros, como realidade psicológica: um modo narrativo e outro não-narrativo. Os seres humanos tratariam as ações e intenções em termos narrativos; as características dos objetos em termos descritivos e as conseqüências dos fatos físicos em termos de processos causais.

Smith (1989), reportando-se a Harold Rosen e outros, lembra que:

“...o cérebro humano é, essencialmente, um dispositivo narrativo. Funciona à base de histórias. O conhecimento que armazenamos no cérebro em nossa “teoria de mundo” está amplamente na forma de histórias. Estas são muito mais facilmente recordadas e lembradas do que seqüências de fatos não relacionados uns aos outros”. (op. cit.: 214)

Mais uma vez retomamos Teberosky (1995), para quem alguns gêneros discursivos oferecem maiores possibilidades gerativas do que outros. E, por ser um gênero que está disponível na mente das pessoas no seu meio sociocultural, a narrativa é mais fácil de ser reproduzida.

Kato (1986) justifica o motivo pelo qual a narrativa ficcional é tão privilegiada no desenvolvimento do processo de produção textual:

“É através da história ficcional que a criança desenvolve a capacidade de descentração, isto é, de seu afastamento do contexto imediato e particular. É ela que, iniciando o processo de descentração, leva a criança ao discurso dissertativo, no qual, em lugar de postular uma possibilidade, ela irá explorar várias alternativas, posicionando-se por uma através da argumentação”. (op. cit.: 117)

Tfouni (1995) postula que a narrativa está na base de toda elaboração que fazemos no mundo, porque: “Sua função principal é a de organizar, através da linguagem, o conhecimento e experiência sobre (no) mundo e com o Outro”. (op. cit.: 73).

Ao interpretar a fala de Ricoeur, a respeito de que não é possível viver num grau zero de narratividade, afirma que isso significa a existência de “...uma relação entre nosso conhecimento sobre nós mesmos o (O)utro e o mundo, por um lado e a construção de narrativa sobre eles, por outro lado”. (Idem. 73).

Se há convergência na atribuição de importância à narrativa, como veículo da psicologia popular, há críticas, no entanto, em relação aos esquemas estruturalistas e dedutivos propostos na análise de sua organização textual.

Para F. François (1996a), o problema não é ser contra ou a favor do estruturalismo, mas saber o que se faz ao analisar-se a estrutura de um texto ou de um conjunto de textos. Nesse sentido, trata-se de falar dos ingredientes antes de se falar de *como* combiná-los.

O autor, no artigo *Le récit e ses normes*, faz a seguinte colocação:

“... não se trata de refutar os modelos generalizantes propostos por Propp, Brémond e Greimas, mas repensá-los, colocá-los no devido lugar, lembrando que todos foram elaborados a partir de certos tipos narrativos que podem se chocar a contra-exemplos. Podemos refletir se dizem respeito a uma generalização empírica (o que faz supor Propp) ou a um modelo dedutivo (tendência de Brémond e Greimas).” (1988:223)

Segundo F. François, seria, então, mais interessante, hoje, constatar-se, através de Ricoeur, que, em Ciências Humanas, não se está nem no nível da generalização empírica, nem no nível dedutivo, mas, principalmente, naquele da construção de tipos ideais, pois constrói-se um esquema da narrativa dramática ou da história engraçada, a fim de se unificar a diversidade empírica encontrada, porém não se pode considerar este tipo ideal como uma lei que se imponha à realidade.

Referindo-se, no entanto, à diversidade dos elementos estruturantes das narrativas orais proposta por Labov e à diversidade de leituras no processo de recepção dos textos em Barthes, F. François (1996a) comenta que, mesmo não se devendo considerá-las como saberes definitivos, tiveram o mérito de nos apresentar uma perspectiva sobre a heterogeneidade textual e,

* A tradução é nossa.

certamente, tal heterogeneidade de organizadores ou de leituras deve ter alguma coisa com os *prazeres* do texto.

Com visão semelhante a F. François, Geraldi (1991), referindo-se, em seus estudos, ao uso da denominação *configuração textual*, no lugar de *estrutura*, justifica sua opção, afirmando que o conjunto de configurações não é fixo, com regras a serem obrigatoriamente seguidas.

“Assim, a configuração da narrativa não se obtém pela simples obediência a regras, mas pela inclusão do que se narra (...) o locutor/autor ao escolher uma certa configuração para o seu texto “desescolhe” outras e, em certa medida, compromete-se com as estratégias escolhidas (...) Se por um lado estas “configurações” obrigam certas “responsabilidades” de outro lado o movimento entre elas produz o inusitado, o novo”. (op. cit.: 84).

F. François (1996a), ainda, argumenta que, isolando-se a trama das mesmas, isola-se os seus *modos de dizer*, os quais ele concebe como a base inteligível das narrativas. Ao eliminarmos o como se narra, eliminamos, também, a circulação discursiva e, até, o prazer de contar. Para esse autor, agindo-se assim, deixa-se de lado tudo aquilo que faz com que as narrativas funcionem e, conseqüentemente, tudo aquilo que faz com que elas não sejam contadas do mesmo modo.

De acordo com o autor (1996b), toda narrativa comporta duas partes: *uma trama parafraseável* que vai ser alimentada e tornar-se interessante por *elementos não parafraseáveis e não diretamente cronológicos*, os *subgêneros discursivos*, definidos por F. François como mais ou menos equivalentes aos atos de linguagem, nos quais não é a sintaxe que importa, mas sim, *os diferentes pontos de vista por eles produzidos*. As descrições, os juízos de valor, o discurso interior ou o reportado, são, por exemplo, os elementos que tornam a narrativa interessante. O mais importante seriam, então, as *maneiras* de narrar e não aquilo que se narra.

Nesse sentido, de acordo com F. François (1996a), o sujeito que conta deve ser considerado um sujeito heterogêneo, o qual

muda os modos de organização das narrativas em função dos conteúdos, assim como de suas capacidades de “retomada-modificação”, ou seja, do movimento em que novos sentidos, somados a sentidos anteriores, são reafirmados ou deslocados, no momento da enunciação.

Sob tal enfoque, no processo de construção de narrativas, ao invés de falarmos em estrutura, deveríamos relacionar os *modos de dizer* (a assunção do discurso pelo sujeito) *aos mundos diferentes* (as maneiras como os objetos são colocados, segundo as diferentes áreas de atividade humana nos quais estejam inseridos) e aos *papéis discursivos* assumidos pelos contadores de histórias, que se expressam, simultaneamente, de diversas maneiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUNER, Jerome S. (1986). *Actual minds, possible words*. Cambridge: Harvard University Press.
- _____. (1997). *Atos de significação*. Trad. de S. Costa. Porto Alegre: Artes Médicas.
- FIORIN, José Luiz (1991). Tipologia de textos. In: *Língua portuguesa*. O currículo e a compreensão da realidade. Lopes, H. et al. (orgs.). São Paulo: SEED/CENP. p. 31-42
- FRANÇOIS, Frédéric (1988). Le récit e ses normes. In: *La langue française: est-elle gouvernable?* Schoeni, Gilbert et al. (orgs.). Paris: Delachaux e Niestlé. p. 217-241.
- _____. (1996a). *Práticas do oral*. Trad. de Lélia E. Melo. São Paulo: Pró-Fono.
- _____. (1996b). Anotações de aula do curso *A linguagem e a análise adulto-criança*. São Paulo: FFLCH/USP. 6 a 21 de novembro.
- GERALDI, João Wanderley (1991). *Portos de Passagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- KATO, Mary (1986). *No mundo da escrita*. Uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática.

- SMITH, Frank (1989). *Compreendendo a leitura*. Uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler. Trad. de P. Batista. Porto Aletre, Artes Médicas.
- TEBEROSKY, Ana (1995). *Aprendendo a escrever*. Perspectivas psicológicas e implicações educacionais. Trad. de C. Shilling. 2ª ed. São Paulo: Ática.
- _____. (1997). Compor textos. In: *Além da alfabetização*. A aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática. Teberosky, A. e Tolchinsky, L. (orgs.). São Paulo: Ática, p. 85-115.
- TFOUNI, Leda Verdiani (1995). *Letramento e alfabetização*. Campinas: Cortez.